
CAPÍTULO 1

O MÉTODO QUADRIPOlar E A PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

*Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva
Universidade do Porto*

1. INTRODUÇÃO

O Método Quadripolar decorre da proposta metodológica consagrada no livro “Dynamique de la recherche en sciences sociales” (OUF, 1974), que o filósofo das ciências e matemático belga, Jean Ladrière, prefaciou. Trata-se de algo muito relevante que surgiu no meio de uma discussão crucial sobre a possibilidade de haver um método específico para o estudo dos fenómenos sociais, um método que não fosse réplica do desenvolvido para as Ciências Naturais e Exatas. A existência de um tal método anda associada à postulação da cientificidade na pesquisa sobre o social. Neste capítulo adota-se e adapta-se o Método Quadripolar à Ciência da Informação que é uma ciência social aplicada.

2. O MÉTODO QUADRIPOlar E OS CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO

Tanto quanto sabemos pela literatura consultada relativa às diversas disciplinas desenvolvidas profissionalmente em torno dos temas e problemas práticos de organização, de guarda e de recuperação da informação e da documentação (Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e *Information Science*, nascida

nos Estados Unidos da América em meados do séc. XX), a metodologia qualitativa ou a dinâmica de investigação quadripolar¹, pensada para as Ciências Sociais, e proposta pelos belgas Paul De Bruyne, Jacques Herman e Marc De Schoutheete (1974), aparece como método aplicável à Arquivística e à Ciência da Informação no volume 1 de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al., 1999: 220-226). Pode, pois, dizer-se, até indicação em contrário, que os autores portugueses desse livro foram os primeiros a chamar a atenção para a possibilidade de adoção dessa “prática metodológica” na investigação dos problemas e casos suscitados pela informação arquivística, biblioteconômica, documental, eletrônica ou digital.

O pressuposto epistemológico, que levou esses autores a proporem o Método Quadripolar no âmbito de um ensaio epistemológico centrado na prática e na teoria arquivísticas, consistiu na conclusão, após uma análise demorada da evolução histórica da realidade dos arquivos desde a mais remota antiguidade, de que o trabalho organizativo e de conservação de documentos rotulados, algo difusamente, de arquivísticos continuou sendo mais prático e técnico do que científico, mesmo depois da criação da disciplina Arquivística dentro da História, como se vê claramente se analisarmos, por exemplo, a atividade docente e investigativa da *École National des Chartes*, Paris (1821).

A História positivista e erudito-metódica desenvolveu, no interior do seu método, técnicas de organização (arquivística e bibliográfica) e de avaliação da autenticidade e veracidade dos documentos (diplomática) com vista à construção do conhecimento historiográfico do passado (DELSALLE, 1998). Os critérios organizativos, descritivos e de localização dos documentos, devidamente colocados em estantes, não constituíam um método científico, mas tão só elementos integrantes do método da História. E, quando depois do final do séc. XIX, se acentuou a diferenciação, especialmente no mundo anglo-americano, entre arquivistas históricos e arquivistas administrativos (formatados, inevitavelmente, pelas Ciências da Administração e do Direito), quer quanto à formação de base, quer às competências e às funções exigidas, o “conhecimento arquivístico” tornou-se mais acentuadamente técnico, normativo e instrumental, demarcando-se progressivamente das bases teórico-metodológicas da História.

¹ Com quatro polos: o epistemológico; o teórico; o técnico; e o morfológico. O processo de investigação desenvolve-se, pois, a partir de um campo estruturado nesses quatro polos ou diferentes instâncias metodológicas, que o submetem a exigências próprias, sem se constituírem em momentos separados, antes articulando-se entre si em cada etapa de investigação alcançada (ideia extraída da contracapa – DE BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc, 1974; 1977).

Já, em plena Era da Informação e perante a expansão rápida das tecnologias da informação e da comunicação, ficou evidente que o trabalho arquivístico, assim como o desenvolvido nas Bibliotecas e nos Centros de Documentação, passou a ficar refém da Informática e da Gestão, continuando sem a capacidade de evoluir para um estágio científico próprio (interno). Entretanto, para evoluir para tal estágio, entre outros requisitos específicos fundamentais, a necessidade de um método é incontornável. Um método capaz de gerar conhecimento novo e fundamentado, que fosse muito mais além do que a mera aplicação aos conjuntos documentais de normas e de procedimentos rotineiros. Tinha de permitir compreender a dinâmica mais profunda, humana e social, do ciclo documental e do(s) modo(s) como a informação neles contida é buscada, apropriada ou usada e transformada.

Surgiu, assim, a proposta inicial de pensar cientificamente a Arquivística como uma Ciência da Informação – uma entre outras – dotada de um método que lhe permitisse investigar, em profundidade, a documentação que acaba concentrada em serviços de Arquivo (dentro das Organizações) e instituições arquivísticas (como os Arquivos Nacionais, Regionais ou Municipais históricos). Para tanto, era necessário reformular o objeto de estudo – o Arquivo, termo portador de uma polissemia complicada. Um dos sentidos de Arquivo é o de Fundo (conceito operatório criado em França, por instrução do Ministério do Interior de 24 de Abril de 1841) e é este que interessa do ponto de vista epistemológico, se queremos identificar o objeto de estudo da Arquivística: assim como a Medicina não tem, por objeto de estudo científico específico, os Hospitais, também a disciplina Arquivística foi orientando o seu foco, desde o início de sua afirmação debaixo da História, na leitura, identificação, classificação/organização e recuperação dos documentos depositados no serviço ou na instituição de Arquivo. Foi o conteúdo (Fundo) e não o continente (Arquivo e sua gestão corrente) que se tornou objeto ou centro principal de investigação. E, neste sentido, os autores de *Arquivística* (SILVA et al., 1999) entenderam o Arquivo não como serviço ou instituição, mas mais como Fundo (conjunto orgânico de documentos produzidos em qualquer suporte e ao longo da atividade de uma determinada entidade ou instituição pública e privada, coletiva e individual), embora substituindo esta noção oitocentista por outra mais atual: *Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória implicado nos anteriores* (SILVA et al., 1999: 214). E, daqui decorre, como consequência epistemológica, que a Arquivística terá de ser uma *ciência de informação social, que estuda*

os arquivos (sistemas de informação (semi)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que existem no contexto envolvente (SILVA et al., 1999: 214).

Em 2002, foi publicado um novo livro, subscrito por Armando Malheiro da Silva e por Fernanda Ribeiro, intitulado *Das “Ciências” documentais à ciência da informação* (SILVA; RIBEIRO, 2002), em que surgiu a oportunidade de radicalizar a proposta epistemológica e, conseqüentemente, metodológica publicada em 1999. Tratou-se de um trabalho feito em diálogo com arquivistas, bibliotecários, documentalistas e informáticos, resultando daí uma clarificação maior, não tanto quanto ao método (o Quadripolar foi mantido e apenas aperfeiçoado), mas sobretudo de objeto e de abordagem ou enfoque.

Em vez de um debate feito com as noções operatórias de Arquivo e de Biblioteca ou de Centro de Documentação, fez-se o debate com as noções de documento e de informação social (formulada assim para significar que se baseia em signos e símbolos codificados e decodificados por humanos em grupo ou sociedade). E, seguindo esta via, chegou-se à conclusão da existência de um objeto científico construído a partir do, e com base no, fenómeno info-comunicacional (informação ou conteúdos transmitidos por um emissor e entendido/interpretados por um receptor) que surge com o *Homo sapiens* – estágio de plena consumação do processo de hominização. Esse objeto científico já não é o arquivo como sistema de informação ou a biblioteca como sistema de informação (aberto) (em contraponto às noções de fundo e de coleção), mas simplesmente a informação para a qual era proposta esta definição que se mantém com um ligeiro ajuste: *conjunto estruturado de representações mentais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada* (SILVA; RIBEIRO, 2002: 37; SILVA, 2006: 25 e 150). Um objeto que está presente em Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, Museus e nos discos duros dos computadores, ou seja, através desta definição, identifica-se um denominador comum que amarra disciplinas práticas e profissionais, vistas ainda como “autónomas e separadas”, segundo uma perspectiva cumulativa e fragmentada (de raiz positivista e tecnicista ou profissional). Ao contrário, se considerarmos que todos esses profissionais trabalham e precisam conhecer a informação, tal como ficou definida, abre-se a possibilidade epistémica de ser construído um objeto científico comum ou único, trabalhado por todas elas (Arquivística, Biblioteconomia, Museologia,

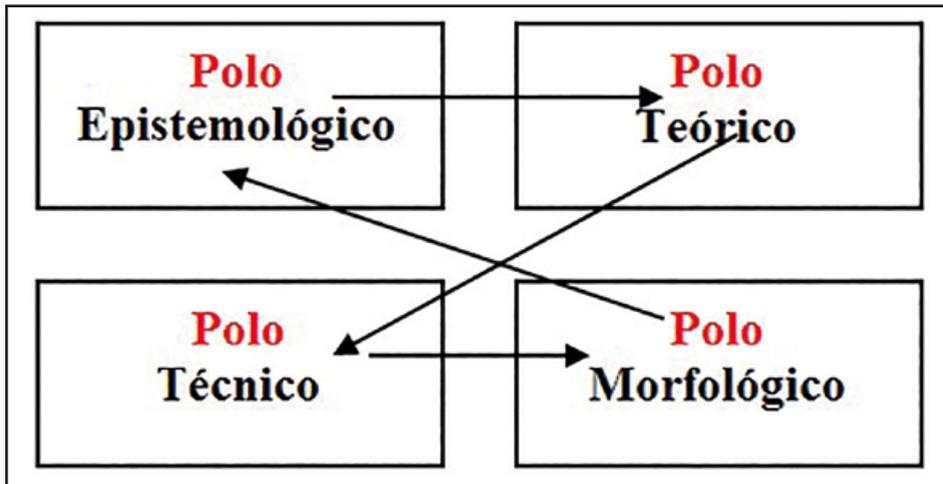
Documentação e Ciência da Informação norte-americana), já não apenas de maneira interdisciplinar, mas sim transdisciplinar.

Temos, assim, a emergência de uma perspectiva diferente e nova, que é evolutiva, ou seja, aceita o princípio de que essas disciplinas práticas e profissionais, surgidas num espaço e tempo próprios, ao sofrerem as alterações espaciotemporais, entretanto produzidas desde o início do séc. XIX, tendem a aproximar-se inevitavelmente umas das outras, permutando tanto problemas e casos de estudo, como ângulos de abordagem e métodos (dinâmica transdisciplinar). Desta forma, geram um campo científico novo, resultante da fusão de todas elas. Este campo científico novo recebeu, nesse livro de 2002, a designação de Ciência da Informação (não confundir com a *Information Science*, aqui nomeada Ciência da Informação norte-americana) e instaurou a perspectiva evolutiva e transdisciplinar da CI.

Dentro deste quadro epistemológico, reformulado relativamente ao quadro de 1999, não houve alteração, nem sobre a necessidade de um método científico adequado a uma ciência social aplicada (a emergente CI transdisciplinar), nem sobre qual o método a adotar e a adaptar. Apenas ligeiro aperfeiçoamento no que toca à especificação interna de cada um dos respetivos polos. Ficou, então, estabelecido que o polo epistemológico é a *instância superior imbricada no aparato teórico e institucional (a comunidade científica dos especialistas em Informação, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais)* (SILVA; RIBEIRO, 2002: 87); o polo teórico expressa a *racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objeto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano de descoberta) e subsequente verificação ou refutação do “contexto teórico” elaborado (plano de prova)* (SILVA; RIBEIRO, 2002: 87); o polo técnico, em que o investigador toma contato, por via instrumental, com a realidade objetivada: *No domínio da Arquivística descritiva e da Biblioteconomia, tal como têm sido praticadas, acumularam-se procedimentos técnicos canalizados para a representação formal da documentação e para o armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se, porém, a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste polo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do “contexto teórico”) do dispositivo metodológico (...). Consideramos, por isso, necessário destacar, neste polo, três operações maiores: 1ª Observação direta e indireta (de casos e de variáveis); 2ª Experimentação; e 3ª Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva* (SILVA; RIBEIRO, 2002: 88-89); e, por fim, o polo

morfológico em que se assume por inteiro a análise/avaliação e se parte não apenas para a configuração do objeto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função de comunicação. Trata-se da organização e da apresentação dos dados (SILVA; RIBEIRO, 2002: 90).

Quadro 1 - A Quadripolaridade de um Método concebido para a investigação qualitativa imprescindível nas Ciências Sociais, em cujo campo se insere a Ciência da Informação



Desde 2002, foi possível ir melhorando os fundamentos teórico-metodológicos expostos em reforço da perspectiva de que os profissionais da informação, distribuídos por diferentes e cada vez mais setores de atividade (das tradicionais bibliotecas e arquivos aos atuais gestores de informação digital, gestores de conteúdos multimídia, etc.), precisam de uma formação científica, simultaneamente unitária e interdisciplinar. Uma formação em que a componente investigação seja complementar e tenha impacto no desempenho profissional quotidiano. Neste sentido, o aperfeiçoamento do dispositivo metodológico da C.I. aparece como estratégico e indispensável. E, em livro publicado em 2006 (SILVA), o método quadripolar surge consolidado, dando-se, aí, especial ênfase ao polo epistemológico, o qual é apontado como a instância em que vigora o paradigma dominante até ser lentamente substituído por um outro (ao paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista contrapõe-se o paradigma pós-custodial, informacional e científico, ainda emergente – SILVA, 2006: 158-159); e ao polo teórico:

Nesta dinâmica quadripolar de investigação assume particular relevância o polo teórico, uma vez que ele respalda a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o polo morfo-

lógico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenômeno infocomunicacional, manifestamos a nossa preferência pela Teoria Sistêmica, que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação teórico-prática.

A par da afirmação do método, surgiu, também, o imperativo de definir a Ciência da Informação trans e interdisciplinar formulada e ensinada, no Porto, desde 2001/2002: *é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info- comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades² inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)* (SILVA, 2006: 140-141). E investiga, naturalmente, através do método quadripolar, cujos fundamentos veremos já no ponto imediato.

3. O MÉTODO QUADRIPOlar: FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS

Sublinhar o fato de a proposta metodológica dos autores belgas ter permanecido até hoje num certo esquecimento, sem dúvida injusto, não significa que tenha sido ignorada. Em 1990, três autores canadianos publicaram *Recherche qualitative: fondements et pratiques*, traduzida para português e editada em 1994 pelo Instituto Piaget (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994). E o prefácio, que apresenta a obra, sublinha que os autores se empenharam em trazer, para uma discussão profunda e séria, a problemática da metodologia qualitativa, contrariando a ideia comum de que a atividade científica que explora problemas sociais e humanos é uma atividade “jornalística”, de “segunda categoria” ou até posta de lado sob pretexto de não ter ainda demonstrado a sua “credibilidade científica”. Na Introdução, os autores começam logo por dizer que se interessam pelas questões metodológicas levantadas pela investigação qualitativa no campo da Educação. E, na busca de respostas mais eficazes e eficientes, enfrentaram o debate epistemológico, urgente nesse campo, indo buscar a três autores belgas

² Foram sugeridas seis propriedades ou características gerais presentes no objeto informação, porque decorrem, naturalmente, da natureza do fenómeno info-comunicação subjacente: a estruturação pela ação (humana e social); a integração dinâmica; a pregnância ou enunciação máxima de sentido; a quantificação; a reprodutividade; e a transmissibilidade. (SILVA, 2006: 25)

uma grelha de análise que lhes permitissem organizar, enquadrar e aperfeiçoar os dados relativos às abordagens qualitativas, recolhidas no decurso da revisão de literatura: essa grelha tem, pois, por base, um modelo geral de compreensão da metodologia da investigação. Trata-se do modelo quadripolar, ou seja, Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schiutheete conceberam a prática metodológica como um *espaço quadripolar*, desenhado em um determinado campo de conhecimento. Eles situaram-se em nível de uma metodologia geral, ficando-se mais pelas diretrizes orientadoras e não tanto pela inscrição numa perspectiva instrumental e tecnológica ou lógica, que reduziria a investigação a um conjunto de procedimentos ou etapas lineares (como as sete etapas de QUIVY; CAMPE-NHOUDT, 1998: 30).

Esta é, sem dúvida, uma postura que sugere uma modelização sistémica e holística – e, conseqüentemente, pós-positivista e construtivista - que atraiu a curiosidade de investigadores e editores brasileiros, tendo sido a obra, dos autores belgas, traduzida e publicada, chegando à quinta edição, em 1991, com o título traduzido literalmente da edição francesa: *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977). Este sinal de interesse pela proposta quadripolar culmina na publicação recente de um manual de investigação de dois universitários brasileiros: Gilberto de Andrade Martins e Carlos Renato Theóphilo, concebido para as Ciências Sociais Aplicadas (MARTINS; THEOPHILO, 2007; 2009). Na introdução do Manual, falam de um “modelo paradigmático” e salientam algo que é fundamental para se perceber a originalidade e a importância da proposta quadripolar de Paul de Bruyne e colaboradores: a complexidade da problemática nas Ciências Sociais Aplicadas impede que a investigação não seja reduzida a uma sequência de operações baseadas em procedimentos ou etapas imutáveis. Pelo contrário, a construção de um trabalho científico exige interpretações e voltas constantes entre as diferentes instâncias dos vários polos. Gilberto Martins e Carlos Theóphilo, aos quatro polos conhecidos, decidiram acrescentar mais dois – polo metodológico e polo de avaliação -, num excesso didático que não se justifica, mas que não cabe aqui discutir (MARTINS; THEOPHILO, 2007: 4 e ss.).

Vamos, pois, entrar no texto da proposta quadripolar original, com uma brevíssima chamada de atenção para o Prefácio do professor da Universidade de Louvain, Jean Ladrière, que considerou o livro “obra de reflexão, esclarecimento de um caminho, esforço prospetivo, contribuição à auto constituição da razão científica, mas, verdadeiramente, pensada. Por detrás do discurso sobre o método anuncia-se, a palavra do fundamento” (DE BRUYNE; HERMAN; DE

SCHOUTEETE, 1974: 19). E destaca um aspecto relevante que não pode passar despercebido: a concepção epistemológica, subjacente à proposta metodológica dos três autores, não é a de uma doutrina analítico-normativa que poderia se apresentar como espécie de cânone da razão científica. É, antes, uma tomada de consciência metodológica que, por ser animada por um cuidado eficaz de radicalidade, tende a estar sempre inacabada, a ficar suspensa de uma exigência indefinida de auto compreensão ou a permanecer sempre insatisfeita.

Paul de Bruyne e colaboradores atacaram o problema delicado e central de discutir a cientificidade das Ciências Humanas e Sociais, rompendo com o complexo que os praticantes destas disciplinas se habituaram a sofrer, em face do poder “objetivo e esmagador” das Ciências Naturais, capazes de impor critérios e formalismos metodológicos. A alternativa não reside, segundo eles, na cópia, mas na busca de uma autonomia da pesquisa científica, efetiva e própria, em articulação com o princípio construtivo da interdisciplinaridade. Seguindo por aqui, chegaram à ideia de que “a autonomia da prática científica, autonomia cuja precariedade é aparente, pode ser concebido do ponto de vista metodológico como a articulação de diferentes instâncias, de diferentes polos determinando um espaço em que a pesquisa se apresente como implicada num campo de forças, submetida a certos fluxos, a certas exigências internas” (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 34). Distinguiram, por isso, quatro polos metodológicos no campo da prática científica: o epistemológico, o teórico, o morfológico e o técnico.

Segundo os autores, debruçados sobre cada polo, o primeiro e decisivo em toda a dinâmica de pesquisa é o epistemológico que “exerce uma função de vigilância crítica” (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 34). Ao longo da investigação, é garantia da objetivação – ou seja da produção – do objeto científico, da explicação das problemáticas da pesquisa. Encarrega-se de renovar, continuamente, a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum. Em última instância, decide as regras de produção e de explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 34).

O polo teórico guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. Lugar, enfim, da elaboração das linguagens científicas e que determina o movimento da conceptualização (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 35).

O polo morfológico é a instância do enunciado das regras de estruturação, de formação do objeto científico, impondo-lhe uma certa figura ou forma, uma certa ordem entre os seus elementos. Permite colocar um espaço de causalidade em rede em que se constroem os objetos científicos, seja como modelos/cópias, seja como simulacros de problemáticas reais (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 35).

O polo técnico controla a recolha dos dados, esforça-se por constata-los para pô-los em confronto com a teoria que foi suscitada. Exige a precisão na constatação, mas não garante, por si só, a exatidão (DE BRUYNE; HERMAN; DE SCHOUTHEETE, 1974: 35-36).

O aprofundamento das bases e termos, com que foi apresentada esta proposta, que continua pertinente e poderá sê-lo cada vez mais no futuro, não cabe no espaço já excedido deste artigo. Mas não deixará de ser feito em outras ocasiões e em breve.

4. APLICAÇÃO DO MÉTODO EM UMA BASE COMPARATIVA

Não vamos resolver aqui o “mistério” do apagamento suave e profundo, o esquecimento detectado, inclusive no meio onde surgiu, ou seja, na própria Universidade de Lovaina, da proposta metodológica dos autores belgas, mas talvez possamos, através de um exercício comparativo, mostrar que ele é paradoxal: esqueceram-se os polos da prática metodológica, mas a metodologia erguida no último quartel do séc. XX, especificamente para as Ciências Sociais, incorpora aspetos da proposta belga, fica, contudo, muito aquém do alcance inovador e radical que ela potencia.

Vale, por isso, a pena buscar, entre muitos, um exemplo bastante seguido e no qual nem na bibliografia há qualquer referência à obra de Paul de Bruyne e colaboradores. É possível admitir que Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt não tenham tido acesso à *Dynamique de la recherche en sciences sociales*, mas outros que possivelmente os inspiraram tiveram e enfatizaram essa circunstância. O indício, que legitima esta afirmação, relaciona-se com a novidade do polo morfológico, cujas semelhanças com o modelo de análise de Quivy e Campenhoudt ressaltam bastante evidentes. No seu “esquema” linear das sete etapas de investigação, estes autores apresentam a sua 4ª etapa – “A construção do modelo de análise” – assim:

O trabalho exploratório tem como função alargar a perspectiva de análise, travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem

inspirar as do investigador, revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar por uma problemática apropriada.

Porém, estas perspectivas e estas ideias novas devem poder ser exploradas o melhor possível para compreender e estudar de forma precisa os fenômenos concretos que preocupam o investigador, sem o que não servem para grande coisa. É necessário, portanto, traduzi-las numa linguagem e em formas que as habilitem a conduzir o trabalho sistemático de recolha e de análise dos dados de observação ou experimentação que deve seguir-se. É este o objeto desta fase de construção do modelo de análise. Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 109).

Em seguida, vejamos como é apresentado o polo morfológico, a fim de melhor compreendermos as afinidades assinaladas:

A metodologia de pesquisa deve continuamente estar atenta à qualidade epistemológica de sua abordagem, elaborar a teoria, purificar os conceitos, fazer a crítica dos dados.

Além disso, deve esforçar-se por pensar seu objeto num espaço configurativo, um espaço qualquer de representação, por articular os conceitos, os elementos, as variáveis numa arquitetura mais ou menos rigorosamente construída. Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o polo morfológico é seu lugar de objetivação. Múltiplos problemas, cruciais para a orientação e a própria natureza da pesquisa, estão ligados ao polo morfológico e requerem um tratamento metodológico específico. Esse polo representa o plano de organização dos fenômenos, os modos de articulação da expressão teórica objetivada da problemática da pesquisa. Ao mesmo tempo, ele é o quadro operatório, prático, da representação, da elaboração, da estruturação dos objetos científicos (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1977: 159; 1974: 151).

A metodologia de pesquisa deve continuamente estar atenta à qualidade epistemológica de sua abordagem, elaborar a teoria, purificar os conceitos, fazer a crítica dos dados. Se dúvidas houver ainda quanto à justaposição do “modelo de análise” no polo morfológico, basta voltarmos ao livro de Quivy e Campenhoudt, mais precisamente ao ponto em que os autores explicam como se constrói esse modelo: isola-se um conceito operatório que deverá ter algumas dimensões, cada dimensão várias componentes e cada componente vários indicadores. O que se propõe, aqui, cabe dentro do polo morfológico, embora este tenha uma amplitude e uma maleabilidade que o superiorizam em relação às sete etapas metodológicas do Manual de Investigação em Ciências Sociais (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998), a saber: 1ª etapa – a pergunta de partida; 2ª etapa – a exploração (subdividida em: a) as leituras; e b) as entrevistas exploratórias); 3ª

etapa – a problemática; 4ª etapa – a construção do modelo de análise; 5ª etapa – a observação; 6ª etapa – a análise das informações; e 7ª etapa – as conclusões (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 27).

Comparando esta linearidade sequencial, e supostamente rígida, com a interação elíptica da metodologia quadripolar, não custa reconhecer o simplismo redutor daquela em face da abrangente riqueza desta que se justifica, aliás, dada a complexidade extrema dos fenômenos, problemas e casos estudados pelas Ciências Sociais e Humanas. Mimetizar o método experimental ou o método lógico-dedutivo nas abordagens científicas das questões sociais, mesmo que as técnicas quantitativas tenham um valor e uma acuidade inestimáveis, tem revelado ser um erro pueril. A recriação de um método apropriado aos fenômenos e aos problemas que ficam fora do alcance das Ciências Naturais e Exatas é uma urgência, pelo menos desde 1974 (ano de edição do livro dos autores belgas), e não se pode indefinidamente procrastinar em tão imprescindível tarefa. Justifica-se, assim, a oportunidade e atratividade do Método Quadripolar, cuja aplicação, no campo da Ciência da Informação, é o cerne deste terceiro e último ponto.

Começa-se, obviamente, por ativar o **polo epistemológico**, ou seja, o investigador assumir o paradigma em que está formado e dentro do qual prossegue seu trabalho de pesquisa. No caso em foco, a investigação desenvolvida pressupõe a adesão dos investigadores envolvidos no paradigma emergente da C.I. – o paradigma pós-custodial, informacional e científico. Assumir a adesão a um paradigma significa reconhecer a influência desse paradigma na investigação em curso, reconhecer que em Ciência Social a subjetividade é um elemento incontornável, mas, ao mesmo tempo, procurar controlar esse condicionalismo de partida, através do exercício de vigilância crítica. Na prática investigativa, isto traduz-se em admitir que o paradigma orienta e influencia, mas não pode determinar, não pode sobrepor-se aos resultados empíricos obtidos, não pode funcionar como “dogma”.

Ativado o polo epistemológico, entram, de imediato, em ação os dois polos centrais e propulsores do método: o **teórico** e o **técnico**. Ao contrário da proposta metodológica em vigor nas Ciências Sociais, que é linear e feita por etapas – as sete etapas do procedimento metodológico - (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 30), como se a investigação seguisse um rumo progressivo sem recuos retificativos que permitem um melhor avanço, a combinação em contínuo vaivém, destes dois polos, assegura uma flexibilidade investigativa crucial em face de problemas incertos e imprevisíveis como são os humanos e sociais.

No **polo teórico**, tem de ser devidamente recortado o tema/problema ou posto em evidência um caso³, processo complexo que inclui, por uma ordem variável, a(s) pergunta(s) de partida, as leituras ou revisão de literatura, “as entrevistas exploratórias”, a definição da problemática”, a formulação de hipótese(s), o recurso a teoria e a um eventual modelo, cabendo no polo teórico o que os autores belgas destacaram no polo morfológico acima explanado. A acumulação crítica e dinâmica de conceitos operatórios, bem como o seu uso, localiza-se neste ou a partir deste polo. Daí a importância que, na Universidade do Porto e no âmbito da Licenciatura e do Mestrado em CI, assim como no programa doutoral Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, lecionado em conjunto com o Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, vem sendo dada à precisão e à definição de conceitos através de dois instrumentos concebidos como altamente utilitários: o DeltCI – Dicionário Eletrônico em Terminologia – DeltCI⁴ e o capítulo *Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares* (PASSARELLI, SILVA, e RAMOS, 2014: 79 - 121), em que para além de três conceitos axiais – informação, comunicação e sistemas de informação – encadeiam-se outros, claramente de intersecção, como contexto, meio ambiente, mediação, documento, interação, interatividade e literacias, e dois muito conectados com informação, a saber: memória e cognição-conhecimento.

No polo **técnico**, operacionalizam-se técnicas que surgem, com frequência, rotuladas de metodologias. O contributo de Gilberto Martins e Carlos Renato Theóphilo é especialmente válido e de extrema utilidade para a operacionalização deste polo, uma vez que em seu manual, muito embora tenham disperso o “arsenal de instrumentos metodológicos” por novos polos desnecessários, apresentam e explicam, com detalhe, tópicos a reter: “pesquisa bibliográfica”; “pesquisa documental”; “pesquisa experimental”; “pesquisa quase-experimental”; “levantamento”; “pesquisa-ação”; “pesquisa etnográfica”; “construção de Teoria/*Grounded theory*”; “discurso do sujeito coletivo”; “pesquisa de avaliação”; “pesquisa de planos e programas”; “pesquisa diagnóstico”; “pesquisa historiográfica”; “observação”; “observação participante”; “entrevista”; “*laddering* (espécie de entrevista que se baseia em perguntas do tipo “por que isto é importante para

³ A articulação direta entre o Método Quadripolar e o “Estudo de Caso” faz-se, especificamente, no polo teórico, pois é aqui que se deve fazer a escolha do tipo de abordagem a executar e “estudar um caso ou multi-casos” configura um tipo de abordagem, como pôr a ênfase num problema é outro tipo de abordagem. No entanto, há metodólogos que vêm encarando o “Estudo de Caso” como um meta-método onde cabem várias possibilidades de planeamento e vários métodos – ver Yin, 2006.

⁴ Ver: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/>

você?”); “painel”; “*focus group*”; “questionário”; “escalas sociais de atitudes”; “história oral e história de vida”; “análise de conteúdo”; e “análise de discurso”. Os autores citados criaram um polo para avaliação quantitativa e qualitativa que, maioritariamente, desenvolve os procedimentos para tratamento estatístico em cima do material obtido com o instrumento questionário, reservando, no final, três páginas, para como se proceder de forma qualitativa, ou seja, indo para além da informação estatística e ousando estabelecer relações e inferências em um nível de abstração mais elevado (MARTINS; THEOPHILO, 2009: 107-143).

No **polo morfológico**, há que resolver a ambiguidade gerada pela fonte original, ou seja, pelo livro dos autores belgas, seguido muito de perto pelos canadianos, especialistas em Educação, que produziram o trabalho *Investigação Qualitativa* (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; e BOUTIN, 1994). Martins e Theóphilo criaram um “polo formatação e edição de trabalhos científicos” (MARTINS; THEOPHILO, 2009: 145-198), que coincide, em pleno, com o “polo morfológico” (SILVA; RIBEIRO, 2002: 90-91). É interessante notar que os autores canadianos incidiram um ponto sobre a “redação de um relatório de investigação qualitativa” como cume da última etapa do processo de investigação e desempenha, tal como a apresentação dos dados que nela será incluída, uma função de *exposição* – donde a sua associação à instância morfológica da metodologia. Enquanto a apresentação dos dados sob a forma de figuras, gráficos, matrizes ou quadros vai possibilitar uma exposição simultânea de um conjunto de elementos e de relações, a redacção do relatório impõe um formato ao pensamento (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994: 131).

As considerações explicativas sobre como redigir um relatório e, por extensão, artigo com resultados aparecem dentro do “capítulo III” que trata dos polos teórico e morfológico das metodologias qualitativas. A leitura feita por estes autores legitima a existência no original de uma duplicidade focada – o morfológico antecede o técnico e completa o teórico com a formatação dos conceitos em matrizes e em um modelo analítico, mas também já anuncia a estruturação final do texto, através do qual os resultados da pesquisa serão divulgados. Ora, esta dimensão formal pode, segundo uns, receber a designação de “polo morfológico” (SILVA; RIBEIRO, 2002), e a dimensão que operacionaliza o polo teórico deve ficar dentro deste, segundo eles.

Em alternativa ao conteúdo apresentado no livro de Martins e Theóphilo, recomenda-se um guia prático para elaboração de trabalhos técnico-científicos, elaborado por Julce Mary Cornelsen (CORNELSEN, 2012) e prefaciado por Fernanda Ribeiro, que apresentou esta “ferramenta” como

um manual de boas práticas, um guia orientador da escrita não literária, um instrumento orientador da forma a que devem obedecer os trabalhos de cariz científico, uma obra de referência para aqueles que pretendem moldar a substância dos seus textos académicos a uma apresentação dita correta, consensual e aceite generalizadamente pela comunidade científica (RIBEIRO, in CORNELSEN, 2012: 9).

Fica, assim, condensada a aplicação do Método Quadripolar sem recurso a exemplos, mas estes são imprescindíveis e uma anterior exposição desta proposta metodológica foi ilustrada por um projeto de investigação versando a literacia informacional (SILVA, 2013: 23- 46). Espera-se, por isso, que este artigo possa estimular e auxiliar múltiplas e diversificadas aplicações.

REFERÊNCIAS

BIROU, Alain (1982). **Dicionário das ciências sociais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.259-260.

CORNELSEN, Julce Mary (2012). **Escrever... com normas: guia prático para elaboração de trabalhos técnico-científicos**. Coimbra: Imprensa da Universidade. ISBN 978-989- 26-0108-3.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc (1974). **Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique methodologique**. Paris: Presses Universitaires de France.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc (1977). **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Prefácio de Jean Ladrière. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

DELSALLE, Paul (1998). **Une Histoire de l'Archivistique**. Presses de l'Université du Québec. ISBN 2-7605-0898-6

DeltCI – Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação. Disponível em: - <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/def.asp?cod=15>

DUTTON, Denis (2010). **Arte e instinto**. Lisboa: Círculo de Leitores.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora (2005). **Los Estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón: Ediciones Trea.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994). **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-9295-75- 1.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO (2007). **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas. 1ª ed. ISBN 978-85-224- 4796-1.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO (2009). **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas. 2ª ed. ISBN 978-85-224- 5568-3.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. Varela (2010). **A Árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas. 10ª ed.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva – Publicações.

SILVA, Armando Malheiro da (2006). **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: CETAC.COM; Edições Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da (2009). Informação e comunicação como projecto epistemológico em Portugal e no Brasil. In DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio (org.). **A Medicina na Era da Informação**. Bahia: EUFBA, p. 27-56.

SILVA, Armando Malheiro da. O Método Quadripolar e a Pesquisa em Literacia Informacional. In SANTOS, Eliete Correia dos; SOUSA, Francinete Fernandes de. **Seminários de saberes arquivísticos: reflexões e diálogos para a formação do arquivista**. Curitiba: Appris, 2013. ISBN 978-85-8192-225-6. p. 23-46

SILVA, Armando Malheiro da (2010). Modelos e modelizações em Ciência da Informação: o modelo eLit.pt e a investigação em literacia informacional. **Prisma.Com Porto**, 13 (dez.). Url: <http://portal.doc.ua.pt/journals/index.php/prismacom/index>

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002). **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010). **Recursos de informação**: serviços e utilizadores. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel (1998). **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento.

YIN, Robert K. (2005). **Estudo de caso: planeamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman. ISBN 85-363-0462-6.